



**TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”**

**Demonstrações Financeiras**  
**31 de dezembro de 2021 e 2020**  
**com Parecer dos Auditores Independentes**



## TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A.- “em Recuperação Judicial”

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2021 e 2020

#### Índice

Relatório da Administração.....	3
Balancos Patrimoniais.....	5
Demonstrações do Resultado.....	8
Demonstrações do Resultado Abrangente..	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto).....	10
Demonstrações do Valor Adicionado.....	11
Demonstrações do Fluxo de Caixa.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	13
Parecer dos Auditores Independentes.....	48
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	55
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes .....	56

## COMENTÁRIOS

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia (individual e consolidada) relativas ao ano de 2021, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Assim, entendemos que de forma abrangente, demonstramos o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

Estas informações encontram-se à disposição em nossa Sede, em nosso site [www.teka.com.br](http://www.teka.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### **DESEMPENHO OPERACIONAL**

O ano de 2021, apesar dos desafios impostos pela pandemia do Covid-19 e do cenário econômico, foi de realizações e resultados positivos. A Companhia alcançou uma receita bruta de R\$ 293,4 MM, um acréscimo de 70,8% em relação ao ano anterior (R\$ 171,8 MM em 2020), evidenciando a retomada após a estagnação enfrentada em 2020. No mercado interno um crescimento de 69,9% e 82,9% no mercado externo, em comparação ao ano anterior.

Com isso a receita líquida de R\$ 228,1 MM atingiu incremento de 72,6%, com R\$ 132,1 MM em 2020.

Como consequência de otimizações, e análise constante de medidas para redução de custos, apesar dos constantes aumentos dos preços dos principais insumos e elevação das tarifas de energia elétrica, conseguimos uma redução no percentual do CPV em relação à receita líquida de 2,0 p.p., com 80,7% em 2021 e 82,7% em 2020.

No que se refere ao resultado financeiro de R\$ 108,2 MM, verifica-se redução 9,0% em relação ao ano anterior, no valor de R\$ 119,0 MM. Conforme demonstrado na nota explicativa nº 15 – Empréstimos, financiamentos e debêntures, em 2021 verificou-se inexistência de débito financeiro e os devidos ajustes foram realizados nos termos do item 5 do CPC 23, combinado com o item 8 do sumário do referido pronunciamento.

Cabe destacar que valores significativos se referem a atualização financeira de passivos acumulados do passado, porém ao analisar as despesas financeiras correntes temos uma redução de 13,5% em relação ao ano anterior.

Nesse contexto o resultado alcançado no exercício de 2021 ficou negativo em R\$ 80,1 MM, contra um resultado negativo de R\$ 115,8 MM no ano de 2020.

A Administração acredita que as estratégias implementadas, foram assertivas e amenizaram os impactos gerados pela crise, ajudando a superar as adversidades. Prosseguimos com determinação, foco no controle de custos, aumento de vendas e na realização de nosso planejamento estratégico, seguindo com o plano de soerguimento da Companhia.

### **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

O relacionamento da Companhia com o público interno e externo tem como premissa sua missão e estratégia de negócios, pautado pela convicção de que os resultados devem ser obtidos nas perspectivas econômica, pessoal, ética, social e ambiental. No final do ano de

2021, a TEKA mantinha 1.319 colaboradores, (1.250 em 2020) para os quais proporciona um ambiente de trabalho que conduz ao crescimento profissional e pessoal. Foram realizados em 2021 treinamentos direcionados à capacitação e aperfeiçoamento de nossos colaboradores, principalmente, no que se refere à melhoria de nossos processos e qualidade dos produtos. Com o programa de estágio e de aprendizes, estamos investindo nos jovens talentos. Cerca de 78 estudantes participaram deste programa. Quanto à sustentabilidade ambiental, a Companhia sempre mantém um controle rígido de não poluição, sendo seu tratamento de efluentes extremamente efetivo.

#### **AUDITOR INDEPENDENTE**

Em atendimento a Instrução CVM nº 381/03, a TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A. e suas controladas informam que não houve a realização de outros serviços, além da auditoria externa, realizados pela NEXT Auditores Independentes S/S no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### **AGRADECIMENTOS**

Neste ano em que a Teka completou 95 anos de trajetória, e diante de um cenário bastante desafiador, os resultados alcançados no ano de 2021 refletem a constante busca pela melhoria e soerguimento da Companhia. Onde reforçamos o compromisso com a sociedade, clientes, consumidores, fornecedores e colaboradores. Nosso especial agradecimento aos colaboradores, pela dedicação e comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e financeiras pela cooperação e parceria.

Blumenau (SC), março de 2022.

A Administração



TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A. - “em Recuperação Judicial”

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**31 de dezembro de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>1.048.844</b>	<b>988.070</b>	<b>1.061.314</b>	<b>1.002.531</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>89.286</b>	<b>67.452</b>	<b>90.089</b>	<b>68.365</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	268	125	610	184
Contas A Receber (Nota 6)	43.267	40.311	42.029	39.846
Clientes	43.267	40.311	42.029	39.846
Estoques (Nota 7)	42.497	23.955	43.153	24.496
Tributos A Recuperar (Nota 8)	356	951	788	1.152
Tributos Correntes A Recuperar	356	951	788	1.152
Despesas Antecipadas	16	2	16	2
Outros Ativos Circulantes	2.882	2.108	3.493	2.685
Outros	2.882	2.108	3.493	2.685
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>959.558</b>	<b>920.618</b>	<b>971.225</b>	<b>934.166</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>784.188</b>	<b>751.798</b>	<b>784.976</b>	<b>752.585</b>
Outros Ativos Não Circulantes	784.188	751.798	784.976	752.585
Tributos A Recuperar (Nota 8)	744.547	714.253	744.547	714.253
Depósitos Judiciais (Nota 17)	35.810	33.877	36.598	34.664
Outros Créditos	3.831	3.668	3.831	3.668
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>48.851</b>	<b>48.607</b>	<b>5.115</b>	<b>5.116</b>
Participações Societárias	43.736	43.491	-	-
Participações Em Controladas (Nota 9)	43.736	43.491	-	-
Propriedade Para Investimentos	5.115	5.116	5.115	5.116
<b>IMOBILIZADO (Nota 10)</b>	<b>126.362</b>	<b>119.991</b>	<b>180.977</b>	<b>176.243</b>
Imobilizado Em Operação	125.906	119.585	180.521	175.837
Imobilizado Arrendado	84	87	84	87
Imobilizado Em Andamento	372	319	372	319
<b>INTANGÍVEL (Nota 11)</b>	<b>157</b>	<b>222</b>	<b>157</b>	<b>222</b>

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

**TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A. - “em Recuperação Judicial”**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**31 de dezembro de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>1.048.844</b>	<b>988.070</b>	<b>1.061.314</b>	<b>1.002.531</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.408.327</b>	<b>2.280.622</b>	<b>2.472.231</b>	<b>2.343.511</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas (Nota 13)	<b>842.136</b>	<b>824.562</b>	<b>877.801</b>	<b>859.546</b>
Obrigações Sociais	823.203	803.593	858.404	838.059
Obrigações Trabalhistas	18.933	20.969	19.397	21.487
Fornecedores (Nota 12)	<b>413.185</b>	<b>384.349</b>	<b>414.821</b>	<b>385.915</b>
Fornecedores Nacionais	408.083	379.527	409.719	381.093
Fornecedores Estrangeiros	5.102	4.822	5.102	4.822
Obrigações Fiscais (Nota 14)	<b>375.285</b>	<b>343.916</b>	<b>402.459</b>	<b>370.623</b>
Obrigações Fiscais Federais	210.599	184.552	237.771	211.249
Imp.Renda E Contribuição Social A Pagar	10.851	-	22.990	11.917
Pis E Cofins A Recolher	145.362	139.193	160.225	153.811
Imposto Retido Na Fonte A Recolher	24.481	23.624	24.651	23.786
Contribuição Previdenciária	29.905	21.735	29.905	21.735
Obrigações Fiscais Estaduais	132.928	134.222	132.930	134.232
Obrigações Fiscais Municipais	31.758	25.142	31.758	25.142
Empréstimos E Financiamentos (Nota 15)	<b>557.185</b>	<b>512.037</b>	<b>557.185</b>	<b>512.037</b>
Empréstimos E Financiamentos	556.974	511.857	556.974	511.857
Em Moeda Nacional	554.869	510.046	554.869	510.046
Em Moeda Estrangeira	2.105	1.811	2.105	1.811
Debentures	211	180	211	180
Outras Obrigações	<b>193.831</b>	<b>181.319</b>	<b>192.682</b>	<b>180.419</b>
Passivos Com Partes Relacionadas (Nota 18)	26.112	23.940	32.401	29.954
Debitos Com Outras Partes Relacionadas	26.112	23.940	32.401	29.954
Outros	167.719	157.379	160.281	150.465
Dividendos E JCP A Pagar	2.527	2.388	2.527	2.388
Comissões S/Vendas A Pagar	11.907	10.956	3.872	3.447
Outras Contas A Pagar	153.285	144.035	153.882	144.630
Provisões	<b>26.705</b>	<b>34.439</b>	<b>27.283</b>	<b>34.971</b>
Provisões Fiscais, Previdenciárias Trab. E Cíveis (Nota 17)	26.705	34.439	27.283	34.971
Provisões Fiscais	-	10.739	-	10.750
Provisões Previdenciárias Trab.	26.705	23.700	27.283	24.221



<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>398.305</b>	<b>385.680</b>	<b>346.789</b>	<b>337.175</b>
Empréstimos E Financiamentos (Nota 15)	2.125	2.036	2.125	2.036
Debentures	2.125	2.036	2.125	2.036
Outras Obrigações	55.707	51.109	4.698	810
Passivos Com Partes Relacionadas (Nota 18)	51.009	50.299	-	-
Debitos Com Controladas	51.009	50.299	-	-
Outros	4.698	810	4.698	810
Obrigações Fiscais Estaduais (Nota 14)	4.698	810	4.698	810
Tributos Diferidos (Nota 16)	31.263	32.879	49.765	52.525
Imp.Renda E Contribuição Social Diferidos	31.263	32.879	49.765	52.525
Provisões	309.210	299.656	290.201	281.804
Provisoes Fiscais, Previdenciárias Trab. E Civeis (Nota 17)	290.201	281.804	290.201	281.804
Provisões Fiscais	247.256	243.271	247.256	243.271
Provisões Previdenciárias E Trab.	22.653	18.267	22.653	18.267
Provisões Civeis	20.292	20.266	20.292	20.266
Outras Provisões	19.009	17.852	-	-
Provisão S/PL A Descoberto Em Controladas	19.009	17.852	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>	<b>(1.757.788)</b>	<b>(1.678.232)</b>	<b>(1.757.706)</b>	<b>(1.678.155)</b>
Capital Social Realizado	21.945	21.945	21.945	21.945
Reservas De Reavaliação	61.789	65.539	61.789	65.539
Reservas De Lucros	4.389	4.389	4.389	4.389
Reserva Legal	4.389	4.389	4.389	4.389
Prejuizos Acumulados	(1.880.927)	(1.805.423)	(1.880.927)	(1.805.423)
Ajustes De Avaliação Patrimonial	29.463	30.327	29.463	30.327
Ajustes Acumulados De Conversão	5.553	4.991	5.553	4.991
Participação Acionistas Não-Controladores	-	-	82	77

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.



TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita De Vendas E/Ou Serviços (Nota 21)</b>	<b>227.640</b>	<b>131.978</b>	<b>228.063</b>	<b>132.099</b>
<b>Custo De Bens E/Ou Serviços Vendidos</b>	<b>(182.660)</b>	<b>(107.742)</b>	<b>(184.020)</b>	<b>(109.203)</b>
<b>Resultado Bruto</b>	<b>44.980</b>	<b>24.236</b>	<b>44.043</b>	<b>22.896</b>
<b>Despesas/Receitas Operacionais</b>	<b>(20.421)</b>	<b>(25.618)</b>	<b>(18.679)</b>	<b>(24.938)</b>
Com Vendas	(25.033)	(17.702)	(25.745)	(18.268)
Gerais E Administrativas	(11.581)	(9.437)	(11.623)	(9.458)
Outras Receitas Operacionais (Nota 24)	17.285	23.362	18.401	26.330
Outras Despesas Operacionais (Nota 24)	(779)	(23.714)	288	(23.542)
Resultado De Equivalência Patrimonial	(313)	1.873	-	-
<b>Resultado Antes Do Resultado Financeiro E Dos Tributos</b>	<b>24.559</b>	<b>(1.382)</b>	<b>25.364</b>	<b>(2.042)</b>
<b>Resultado Financeiro (Nota 23)</b>	<b>(106.293)</b>	<b>(117.376)</b>	<b>(108.242)</b>	<b>(118.969)</b>
Receitas Financeiras	15.013	11.475	15.033	11.448
Despesas Financeiras	(121.306)	(128.851)	(123.275)	(130.417)
<b>Resultado Antes Dos Tributos Sobre O Lucro</b>	<b>(81.734)</b>	<b>(118.758)</b>	<b>(82.878)</b>	<b>(121.011)</b>
<b>Imposto De Renda E Contribuição Social Sobre O Lucro</b>	<b>1.616</b>	<b>2.975</b>	<b>2.760</b>	<b>5.228</b>
Corrente	-	-	-	(398)
Diferido (Nota 16)	1.616	2.975	2.760	5.626
<b>Resultado Líquido Das Operações Continuadas</b>	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>
<b>Lucro/Prejuízo Do Período</b>	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	(80.118)	(115.783)
<b>Resultado Por Ação (Nota 20)</b>	<b>(159,23)</b>	<b>(230,11)</b>	<b>(159,23)</b>	<b>(230,11)</b>

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.





TEKA – TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - “em Recuperação Judicial”

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Período</b>	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>562</b>	<b>1.578</b>	<b>567</b>	<b>1.595</b>
Ajustes de Conversão de Controladas no Exterior	562	1.578	562	1.578
Outros Resultados Abrangentes	-	-	5	17
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(79.556)</b>	<b>(114.205)</b>	<b>(79.551)</b>	<b>(114.188)</b>
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	(79.551)	(114.188)
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	-	-

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.



TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Em milhares de reais – R\$)

	Capital Social Integralizado	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumul.	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Partic. Dos Não Control.	Patrimônio Líquido Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>21.945</b>	<b>4.389</b>	<b>(1.698.298)</b>	<b>107.937</b>	<b>(1.564.027)</b>	<b>60</b>	<b>(1.563.967)</b>
Saldos Iniciais Ajustados	21.945	4.389	(1.698.298)	107.937	(1.564.027)	60	(1.563.967)
Resultado Abrangente Total	-	-	(113.219)	(986)	(114.205)	17	(114.188)
Lucro Líquido do Período	-	-	(115.783)	-	(115.783)	-	(115.783)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	2.564	(986)	1.578	17	1.595
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	1.578	1.578	-	1.578
Realiz. do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	3.884	(3.884)	-	-	-
Tributos Diferidos s/Realiz. do Custo Atribuído	-	-	(1.320)	1.320	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	17	17
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	6.094	(6.094)	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	9.234	(9.234)	-	-	-
Tributos s/Realiz. da Reserva de Reavaliação	-	-	(3.140)	3.140	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>21.945</b>	<b>4.389</b>	<b>(1.805.423)</b>	<b>100.857</b>	<b>(1.678.232)</b>	<b>77</b>	<b>(1.678.155)</b>
Saldos Iniciais Ajustados	21.945	4.389	(1.805.423)	100.857	(1.678.232)	77	(1.678.155)
Resultado Abrangente Total	-	-	(79.254)	(302)	(79.556)	5	(79.551)
Lucro Líquido do Período	-	-	(80.118)	-	(80.118)	-	(80.118)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	864	(302)	562	5	567
Ajustes de Conversão do Período	-	-	-	562	562	-	562
Realiz. do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	1.308	(1.308)	-	-	-
Tributos Diferidos s/Realiz. do Custo Atribuído	-	-	(444)	444	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	5	5
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	3.750	(3.750)	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	5.681	(5.681)	-	-	-
Tributos s/Realiz. da Reserva de Reavaliação	-	-	(1.931)	1.931	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>21.945</b>	<b>4.389</b>	<b>(1.880.927)</b>	<b>96.805</b>	<b>(1.757.788)</b>	<b>82</b>	<b>(1.757.706)</b>

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.



**TEKA – TECELAGEM KUEHNRIICH S.A.- “em Recuperação Judicial”**

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>RECEITAS</b>	<b>305.486</b>	<b>190.177</b>	<b>306.736</b>	<b>191.245</b>
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	288.562	167.582	289.126	167.831
Outras Receitas	17.304	23.368	18.068	24.190
Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(380)	(773)	(458)	(776)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(197.428)</b>	<b>(129.278)</b>	<b>(196.018)</b>	<b>(126.522)</b>
Custos Prods., Mercs. E Servs. Vendidos	(154.039)	(84.015)	(153.721)	(81.715)
Materiais-Energia-Servs. Terceiros-Outros	(46.265)	(30.824)	(46.358)	(30.866)
Outros	2.876	(14.439)	4.061	(13.941)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>108.058</b>	<b>60.899</b>	<b>110.718</b>	<b>64.723</b>
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(4.230)</b>	<b>(4.385)</b>	<b>(5.945)</b>	<b>(6.407)</b>
Depreciação, Amortização e Exaustão	(2.757)	(2.735)	(4.304)	(4.355)
Outras	(1.473)	(1.650)	(1.641)	(2.052)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>103.828</b>	<b>56.514</b>	<b>104.773</b>	<b>58.316</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>14.700</b>	<b>13.348</b>	<b>15.033</b>	<b>11.448</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(313)	1.873	-	-
Receitas Financeiras	15.013	11.475	15.033	11.448
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>118.528</b>	<b>69.862</b>	<b>119.806</b>	<b>69.764</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>118.528</b>	<b>69.862</b>	<b>119.806</b>	<b>69.764</b>
Pessoal	<b>58.447</b>	<b>44.852</b>	<b>58.900</b>	<b>45.193</b>
Remuneração Direta	51.669	39.592	52.084	39.905
Benefícios	2.836	2.235	2.841	2.238
FGTS	3.942	3.025	3.975	3.050
Impostos, Taxas e Contribuições	<b>18.201</b>	<b>11.781</b>	<b>17.099</b>	<b>9.750</b>
Federais	11.908	7.142	10.697	5.058
Estaduais	5.006	3.419	5.108	3.463
Municipais	1.287	1.220	1.294	1.229
Remuneração de Capitais de Terceiros	<b>121.998</b>	<b>129.012</b>	<b>123.925</b>	<b>130.604</b>
Juros	120.867	128.008	122.758	129.571
Aluguéis	1.131	1.004	1.167	1.033
Remuneração de Capitais Próprios	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(80.118)	(115.783)	(80.118)	(115.783)

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

TEKA – TECELAGEM KUEHNRIK S.A.- “em Recuperação Judicial”

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**  
 (Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES</b>				
Lucro (Prejuízo) no Exercício	(80.118)	(115.783)	(80.118)	(115.783)
Depreciação e Amortização	2.757	2.735	4.304	4.355
Equivalência Patrimonial	313	(1.873)	-	-
Provisões	(19.928)	5.236	(32.103)	(4.625)
Variações Monetárias	93.877	104.087	95.539	105.476
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	3	(85)	-	-
Outras Contas	1.472	1.646	1.641	2.054
	<b>(1.624)</b>	<b>(4.037)</b>	<b>(10.737)</b>	<b>(8.523)</b>
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
Variações Contas a Receber Clientes	(15.914)	(1.769)	(15.196)	(1.446)
Variações Estoques	(20.027)	(5.110)	(20.143)	(5.229)
Variações Depósitos Judiciais	(1.918)	(983)	(1.918)	(983)
Outras Variações Ativas	(8.273)	(15.471)	(8.513)	(15.445)
Variações em Fornecedores	6.268	3.916	6.257	3.907
Variações em Tributos a Recolher	21.653	14.752	27.074	15.157
Outras Variações Passivas	(1.004)	13.229	(114)	12.856
	<b>(19.215)</b>	<b>8.564</b>	<b>(12.553)</b>	<b>8.817</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(20.839)</b>	<b>4.527</b>	<b>(23.290)</b>	<b>294</b>
Imobilizado	4.580	5.924	8.023	12.696
Intangível	(51)	(13)	(51)	(13)
Investimentos	1	(40)	2	-
<b>CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>4.530</b>	<b>5.871</b>	<b>7.974</b>	<b>12.683</b>
Empréstimos Tomados	226.367	136.269	227.074	138.975
Pagamentos de Empréstimos	(209.915)	(146.929)	(211.332)	(152.343)
<b>CAIXA LÍQUIDO ATIVIDADES FINANCIAMENTO</b>	<b>16.452</b>	<b>(10.660)</b>	<b>15.742</b>	<b>(13.368)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>143</b>	<b>(262)</b>	<b>426</b>	<b>(391)</b>
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	125	387	184	575
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES	268	125	610	184

“As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras”.

## **1. Informações gerais**

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. (“Companhia” ou “TEKA”) é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e no NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas sob o nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA tem como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidade fabril em Artur Nogueira (SP).

### **1.1. Recuperação judicial**

A TEKA protocolou pedido de recuperação judicial em 26 de outubro de 2012, sendo este distribuído para 2ª Vara cível de Blumenau e autuado sob o nº 0023674-23.2012.8.24.0008. Participam também do pleito de recuperação as empresas Teka Têxtil S/A, Cerro Azul Participações e Administração Ltda., Teka Investimentos Ltda. e FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda. Através da Assembleia Geral de Credores realizada em 02 de outubro de 2013 o plano foi aprovado, sendo homologado pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau em 30 de outubro de 2013.

A decisão de ingressar com o pedido de recuperação judicial objetiva, em síntese, (i) proceder ao reescalonamento do passivo, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas e; (iv) obter novos recursos junto ao mercado para acelerar a recuperação.

Dentre as condições de adimplemento previstas, em síntese, citam-se as condições de tratamento dos créditos quirográficos, com privilégio especial, geral ou subordinados, as quais preveem a emissão de debêntures em até 60 (sessenta) dias contados da aprovação do plano, resgatáveis no 12º ano, com correção anual, a partir da emissão, pela TJLP e remuneração, também anual, a taxa de 1,5%.

Após efetivada a homologação do plano, foram interpostos Agravos de Instrumento, com oposição à decisão que homologou aquele.

Em agosto de 2018 foi interposto Recurso Especial contra a decisão que deu provimento ao Agravo de Instrumento, sendo que foi negado seguimento a referido Recurso Especial, interpondo-se, assim, Agravo, o qual não foi conhecido, sendo interposto Agravo Interno. Tal recurso (Agravo Interno) não foi provido, ocorrendo a interposição de Embargos Declaratórios, os quais restaram rejeitados, pelo que foi manejado Recurso Extraordinário, restando este inadmitido, ocorrendo, assim, a interposição de embargos, os quais restaram rejeitados, ocorrendo o manejo de agravo.

Ainda quanto ao tema, consoante decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, restou determinado, cautelarmente, o afastamento do Diretor Presidente da Companhia, Sr. Frederico Kuehnrich Neto, sendo indicada, também pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, pelo prazo inicial de 06 (seis) meses, a Gestora Judicial Fabiane Paula Esvicero para exercer o encargo. Tais determinações judiciais, como nela igualmente foi ordenado, foram noticiadas ao Conselho de Administração, sendo que a Gestora Judicial manifestou ao Juízo sua aceitação.

Outrossim, contra a decisão do afastamento, foi interposto Agravo de Instrumento pelo Sr. Frederico, o qual, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi autuado sob o número 4025521-06.2018.8.24.0000, sendo que, em 25 de janeiro de 2019, restou parcialmente deferido o pedido de efeito suspensivo, determinando-se a convocação de assembleia-geral de credores para designação do substituto do agravante (Sr. Frederico).

Tal decisão, ao apreciar a questão do afastamento do Sr. Frederico, concluiu pelo acerto da deliberação proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, concluindo, pois, pela manutenção do afastamento do Sr. Frederico.

Necessário ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” não afastou da Companhia ou alterou a condição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para atuar diretamente e em conjunto com a presidência da TEKA, cujo encargo, até a deliberação da assembleia supracitada, será exercido pela Administradora Judicial.

Importa ainda esclarecer que a decisão proferida no “Recurso” também não alterou a condição da Srta. Fabiane como Diretora de Relações com Investidores, cujo exercício foi autorizado por despacho proferido em 12 de novembro de 2018, pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008.

Referido recurso (AI n. 4025521-06.2018.8.24.0000), em 25 de setembro de 2020, teve parcial provimento apenas para confirmar a liminar de fls.7.166/7.177, validando-se a determinação de convocação da assembleia-geral de credores para eleição do substituto da parte agravante (Sr. Frederico).

Importa ainda mencionar geral que, consoante decisão proferida pelo r. Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, seria realizada, no dia 20 de maio de 2019, ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES, no Ginásio Sebastião Cruz (Galegão), situado na Rua Alberto Stein, s/n., próximo ao Parque Vila Germânica, Bairro Velha, Blumenau/SC.

Todavia, a realização de tal AGC, através da decisão proferida pelo TJSC no 4014278-31.2019.8.24.0000, em que figura como Agravante a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, restou cancelada. A este recurso foi negado seguimento em virtude da perda superveniente de seu objeto.

Em cumprimento a decisão proferida no agravo supracitado, foi designada nova data para realização da AGC, sendo esta realizada em 10 de junho de 2019, ocorrendo a eleição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para o cargo de Diretora Presidente.

No que se refere a AGC, em 07/08/2019, nos autos da RJ, foi, entre outros temas abordados, proferida a seguinte decisão:

*“I - Às fls. 13.915/13.930 a Administradora Judicial apresentou ata da Assembleia Geral de Credores e documentos e requereu sua homologação.*

*Com vista dos autos, o Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido (fl. 14.088).*

**DEFIRO** o pedido e **HOMOLOGO** a decisão proferida pela Assembleia Geral de Credores na qual elegeu a Senhora **Fabiane Paula Esvicero** para o cargo de Diretora Presidente das Recuperandas (fls. 13.931/13.942).”

Oportuno ainda destacar a tramitação do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica n. 0009640-96.2019.8.24.0008.

Ainda quanto ao incidente, importa mencionar que foi deferida a inclusão da empresa Administradora Bonsucesso Ltda.

Outrossim, também importa mencionar que, em face da decisão proferida no agravo de instrumento número 4026265-64.2019.8.24.0000, a Teka promoveu cumprimento de sentença contra MONTE CLARO PARTICIPACOES LTDA.- 03.277.322/0001-70, CELL PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA.- 80.099.294/0001-90, R.M.M.F. PARTICIPACOES LTDA.- 81.625.220/0001-02 e ROLF KUEHNRIK-003.719.209-49, reclamando o pagamento da quantia de R\$ 7.529.315,84.

Como consta das manifestações anteriores, os efeitos da recuperação não vinham sendo aplicados nos registros contábeis.

Todavia, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, abaixo parcialmente reproduzido (grifado), a CVM assim se manifestou:

*“a) A Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial.*

*b) Conforme dispõe o artigo 58 da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial) “Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano (...) tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei”. Sendo assim, uma vez que, de acordo com a companhia houve “aprovação do Plano pela Assembleia de Credores realizada em 02 de Outubro daquele mesmo ano (2013)”, aplica-se o disposto no artigo 61 da referida lei, segundo o qual “Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial”. **Dessa forma, uma vez vigente o Plano de Recuperação Judicial, sua aplicação é imediata.***

*c) **Por conseguinte, a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano de Recuperação Judicial** e com as normas contábeis vigentes e aplicáveis para Companhias Abertas, conforme disposições constantes na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).*

*d) Não há conflito entre a Lei 6.404/1976 e a Lei 11.101/2005, uma vez que ambas são aplicáveis a companhias abertas e a segunda, apenas para aquelas em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial.*

*e) **Uma vez dentro do Regime de Recuperação Judicial, o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano de Recuperação Judicial.***

*f) **Os efeitos da Recuperação Judicial são contados a partir da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial, nos termos do supramencionado artigo 61 da Lei 11.101/2005.***

*g) O regime contábil a ser adotado pela Companhia deve estar em conformidade com as normas contábeis vigentes sem prejuízo de observância à disposição das normas gerais aplicáveis a Companhias Abertas.*

*h) **É imprescindível que a Companhia em Recuperação Judicial elabore seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.***

**Seguindo a orientação da CVM, inobstante o entendimento acima exposto, conclui-se que, para efeitos contábeis, o Plano de Recuperação Judicial tem sua aplicação imediata, sendo que a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em**



**concordância com seu Plano e o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano, ou seja, a Companhia em Recuperação Judicial deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.**

Desta forma, considerando a manifestação da CVM, bem como a obrigatoriedade de transparência, todo o tratamento contábil do passivo contido na RJ foi efetuado com base no próprio plano, dele se extraindo as condições de classificação e atualização dos débitos.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial a posição financeira dos credores é a seguinte:

<b>Classe Credora</b>	<b>Edital</b>	<b>Varição</b>	<b>31/12/2021</b>
Quirografários/Trabalhistas	382.841	182.762	565.603
Garantia real	158.760	67.598	226.358
	<b>541.601</b>	<b>250.360</b>	<b>791.961</b>

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

### a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes. As demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 24 de março de 2022.

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

### d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da



Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

### **3. Principais políticas contábeis**

#### **3.1 Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
  - a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
  - b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
  - c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TEKA e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, apresentadas abaixo:

	País	Participação (%)			
		31/12/21		31/12/20	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil		99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
FB Ind.e Comércio Textil Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding GmbH	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

### 3.2 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

#### (a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Itens não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio.

As variações cambiais decorrentes desta diferente forma de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.

- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

#### Classificação

##### Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de *hedge accounting*, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa: este grupo abrange as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

##### Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

### Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são estimados pelo seu valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### **3.4 Estoques**

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

### **3.5 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### **3.6 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

A provisão de recuperabilidade do Contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

### **3.7 Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

### **3.8 Investimento em controladas**

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

### **3.9 Imobilizado**

#### **Reconhecimento e mensuração**

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

### **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis.

### **3.10 Intangível**

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados pelo custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de alterações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.



Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

### **3.11 Redução ao valor recuperável *impairment***

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

### **3.12 Provisões**

#### **Geral**

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

### **3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e

passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **3.14 Impostos sobre as vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 0% a 20%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 10%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

### **3.15 Operações com instrumentos derivativos**

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

### **3.16 Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.



### **3.17 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **3.18 Capital social**

#### Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

### **3.19 Resultado por ação**

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das Demonstrações Financeiras.

### **3.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

### **3.21 Reconhecimento de receitas, custos e despesas**

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- iii. todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### **3.22 Demonstração dos fluxos de caixa**

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### **3.23 Demonstrações do valor adicionado**

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

## **4. Julgamento e uso de estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e

- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

### COVID-19

Após um longo período de incertezas em virtude da pandemia do COVID 19, o ano de 2021 se encerra apresentando forte recuperação nas vendas. A Companhia registrou incremento de 70,8% na receita bruta em comparação a 2020. Diante deste cenário e das projeções para o ano de 2022, a Companhia registrou reversão da perda estimada do imobilizado, em virtude da retomada que resulta no acréscimo de seu valor recuperável.

A Administração segue acompanhando os desdobramentos relacionados à pandemia, observando atentamente as orientações das autoridades governamentais e mensurando os possíveis impactos nos seus negócios.

O indicador de inadimplência tem se mantido dentro do provisionado, e não há sinalização de perdas que comprometam o resultado financeiro.

Os demais impactos que tenham relação com a continuidade e/ou às estimativas contábeis levadas a efeito, como por exemplo: recuperabilidade de ativos, mensuração a valor justo, provisão e contingências ativas e passivas, reconhecimento de receita e provisão para perdas esperadas, estão em constante análise pela administração.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Caixa	22	17	64	39
Bancos conta movimento	246	108	546	145
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>268</b>	<b>125</b>	<b>610</b>	<b>184</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

## 6. Contas a receber de clientes

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por faixa de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Contas a receber clientes mercado interno	52.296	52.958	51.153	52.534
Contas a receber clientes mercado externo	3.666	3.273	3.697	3.305
<i>Impairment</i> (provisão para perdas)	(12.695)	(15.920)	(12.821)	(15.993)
<b>Parcela circulante</b>	<b>43.267</b>	<b>40.311</b>	<b>42.029</b>	<b>39.846</b>
<b>Total Geral</b>	<b>43.267</b>	<b>40.311</b>	<b>42.029</b>	<b>39.846</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Aging list contas a receber de clientes</b>				
Vencidos	4.069	1.313	4.314	1.498
A vencer em até 3 meses	35.839	34.827	34.356	34.177
A vencer entre 3 e 6 meses	3.355	3.634	3.355	3.634
A vencer entre 6 meses e 1 ano	4	537	4	537
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>43.267</b>	<b>40.311</b>	<b>42.029</b>	<b>39.846</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Contas a receber por tipo de moeda</b>				
Reais	39.690	37.760	38.421	37.263
US\$	3.577	2.551	3.577	2.551
Euros	-	-	31	32
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>43.267</b>	<b>40.311</b>	<b>42.029</b>	<b>39.846</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso. Também são constituídas provisões nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, analisando a situação financeira de cada devedor e histórico de perdas da Companhia.

Durante o ano foram reconhecidas perdas no valor de R\$ 3.698 referente duplicatas vencidas a mais de 5 anos e sem possibilidade de recuperação, com isso reduzindo o montante total do *impairment* do contas a receber.

## 7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Produtos acabados	19.100	5.891	19.100	5.891
Produtos em elaboração	20.021	13.955	20.021	13.955
Matérias primas e insumos	5.905	5.184	5.905	5.184
Outros estoques	586	555	1.242	1.096
<i>Impairment</i>	(3.115)	(1.630)	(3.115)	(1.630)
<b>Total dos estoques</b>	<b>42.497</b>	<b>23.955</b>	<b>43.153</b>	<b>24.496</b>

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

Até 31/12/2021, R\$ 140 foram registrados no resultado como reversão de perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 30 como perda de itens obsoletos ou danificados até 31/12/2020), e R\$ 1.625 como ajuste a valor de mercado (R\$ 155 como ajuste a valor de mercado até 31/12/2020).

## 8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
ICMS	39	1	97	88
Imposto de renda	-	1	-	1
IPI	256	318	256	318
PIS/COFINS	-	-	337	76
Crédito reintegra	5	568	5	568
Outros	56	63	93	101
<b>Parcela circulante</b>	<b>356</b>	<b>951</b>	<b>788</b>	<b>1.152</b>
ICMS	266	228	266	228
Imposto de renda	11.022	10.930	11.022	10.930
PIS/COFINS	2.299	2.278	2.299	2.278
INCRA	1.954	1.935	1.954	1.935
IRPJ/CSLL	724.258	694.134	724.258	694.134
Outros	4.748	4.748	4.748	4.748
<b>Parcela não circulante</b>	<b>744.547</b>	<b>714.253</b>	<b>744.547</b>	<b>714.253</b>

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores foram registrados no balanço da TEKA.

## 9. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>43.491</b>
Equivalência patrimonial:	
<i>Participação nos resultados</i>	(313)
<i>Ganhos ou perdas de capital</i>	-
Ajustes acumulados de conversão	558
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>43.736</b>

Nome	País	Patrimônio			Receita Bruta	Resultado	Participação
		Ativos	Passivos	Líquido			
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	55.393	19.473	35.920	-	1.911	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	4	2	2	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	7.645	-	7.645	-	(38)	99,0000%
		<b>63.042</b>	<b>19.475</b>	<b>43.567</b>	-	<b>1.873</b>	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	54.018	18.383	35.635	-	(286)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	4	2	2	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	8.181	-	8.181	-	(27)	99,0000%
		<b>62.203</b>	<b>18.385</b>	<b>43.818</b>	-	<b>(313)</b>	

## 10. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

O montante de R\$ 2.609 (R\$ 2.589 em 2020) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 24 (R\$ 26 em 2020) como despesas administrativas e o montante de R\$ 9 (R\$ 8 em 2020) como despesas com vendas.

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas  
 Em 31 de dezembro de 2021  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terrenos	Edif. e instalações	Maquinas e equip.	Ferramentas e utensílios	Equip.de proc.de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Outros ativos fixos	Imob. em andamento	Total
<b>Taxa de depreciação %</b>	-	2%	2,22%	3,33%	20%	3,33%	10%	5%	-	
<b>Valor líq.31 dezembro 2019</b>	<b>28.662</b>	<b>51.259</b>	<b>51.305</b>	<b>537</b>	<b>188</b>	<b>158</b>	<b>208</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>132.345</b>
Saldo inicial	28.662	51.259	51.305	537	188	158	208	28	-	132.345
Adições	-	-	1.112	7	65	32	9	71	319	1.615
Transferências	-	-	-	-	(19)	-	-	19	-	-
Baixas	-	-	(19.212)	(123)	(7)	(30)	-	-	-	(19.372)
<i>Impairment</i>	-	-	(9.311)	-	-	-	-	-	-	(9.311)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	7.156	-	-	-	-	-	-	7.156
Reclassificações	-	(1.051)	(594)	(1)	3	-	-	(3)	-	(1.646)
Depreciação	-	(724)	(1.808)	(35)	(37)	(12)	(4)	(3)	-	(2.623)
Baixas da depreciação	-	-	11.673	122	7	25	-	-	-	11.827
<b>Valor líq.31 dezembro 2020</b>	<b>28.662</b>	<b>49.484</b>	<b>40.321</b>	<b>507</b>	<b>200</b>	<b>173</b>	<b>213</b>	<b>112</b>	<b>319</b>	<b>119.991</b>
Saldo inicial	28.662	49.484	40.321	507	200	173	213	112	319	119.991
Adições	-	-	1.016	50	25	110	-	-	1.415	2.616
Transferências	-	-	365	-	490	-	-	-	(855)	-
Baixas	-	(253)	(12.350)	(386)	(102)	(33)	-	(28)	(506)	(13.658)
<i>Impairment</i>	-	-	(348)	-	-	-	-	-	-	(348)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	15.412	-	-	-	-	-	-	15.412
Reclassificações	-	(1.046)	(426)	-	-	-	-	-	-	(1.472)
Depreciação	-	(720)	(1.818)	(33)	(33)	(14)	(4)	(20)	-	(2.642)
Baixas da depreciação	-	106	5.862	362	100	33	-	-	-	6.463
<b>Saldo Final</b>	<b>28.662</b>	<b>47.571</b>	<b>48.034</b>	<b>500</b>	<b>680</b>	<b>269</b>	<b>209</b>	<b>64</b>	<b>373</b>	<b>126.362</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>										
Custo	28.662	83.241	133.486	9.906	3.086	1.773	791	92	373	261.410
Depreciação acumulada	-	(35.670)	(85.452)	(9.406)	(2.406)	(1.504)	(582)	(28)	-	(135.048)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>28.662</b>	<b>47.571</b>	<b>48.034</b>	<b>500</b>	<b>680</b>	<b>269</b>	<b>209</b>	<b>64</b>	<b>373</b>	<b>126.362</b>

**TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras padronizadas  
 Em 31 de dezembro de 2021  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Edificações e		Maquinas e	Ferramentas	Equip.de	Móveis e	Outros	Imob.	Total	
	Terrenos	instalações	equip.	e utensílios	proc.de dados	utensílios	Veículos	ativos fixos		em andamento
Taxa de depreciação %	-	2%	2,22%	3,33%	20%	3,33%	10%	5%	-	
<b>Valor líq.31 dezembro 2019</b>	<b>46.724</b>	<b>78.481</b>	<b>65.052</b>	<b>606</b>	<b>200</b>	<b>195</b>	<b>208</b>	<b>28</b>	<b>-</b>	<b>191.494</b>
Saldo inicial	46.724	78.481	65.052	606	200	195	208	28	-	191.494
Adições	-	-	1.112	7	66	32	9	71	319	1.616
Transferências	-	-	-	-	(19)	-	-	19	-	-
Baixas	-	-	(41.495)	(154)	(7)	(35)	(2)	-	-	(41.693)
<i>Impairment</i>	-	-	(9.376)	-	-	-	-	-	-	(9.376)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	13.118	-	-	-	-	-	-	13.118
Reclassificações	-	(1.051)	(997)	(1)	3	-	-	(3)	-	(2.049)
Depreciação	-	(1.800)	(2.340)	(40)	(38)	(18)	(4)	(3)	-	(4.243)
Baixas da depreciação	-	-	27.185	152	7	30	2	-	-	27.376
<b>Valor líq.31 dezembro 2020</b>	<b>46.724</b>	<b>75.630</b>	<b>52.259</b>	<b>570</b>	<b>212</b>	<b>204</b>	<b>213</b>	<b>112</b>	<b>319</b>	<b>176.243</b>
Saldo inicial	46.724	75.630	52.259	570	212	204	213	112	319	176.243
Adições	-	-	1.016	50	26	110	-	-	1.415	2.617
Transferências	-	-	365	-	490	-	-	-	(855)	-
Baixas	-	(253)	(19.095)	(403)	(102)	(33)	-	(28)	(506)	(20.420)
<i>Impairment</i>	-	-	(430)	-	-	-	-	-	-	(430)
Reversão de <i>Impairment</i>	-	-	19.016	-	-	-	-	-	-	19.016
Reclassificações	-	(1.046)	(594)	(1)	-	-	-	-	-	(1.641)
Depreciação	-	(1.773)	(2.299)	(40)	(33)	(20)	(4)	(20)	-	(4.189)
Baixas da depreciação	-	106	9.163	379	100	33	-	-	-	9.781
<b>Saldo Final</b>	<b>46.724</b>	<b>72.664</b>	<b>59.401</b>	<b>555</b>	<b>693</b>	<b>294</b>	<b>209</b>	<b>64</b>	<b>373</b>	<b>180.977</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>										
Custo	46.724	132.176	176.426	10.227	3.105	1.879	789	92	373	371.791
Depreciação acumulada	-	(59.512)	(117.025)	(9.672)	(2.412)	(1.585)	(580)	(28)	-	(190.814)
<b>Valor líquido contábil</b>	<b>46.724</b>	<b>72.664</b>	<b>59.401</b>	<b>555</b>	<b>693</b>	<b>294</b>	<b>209</b>	<b>64</b>	<b>373</b>	<b>180.977</b>

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 179 milhões (R\$ 175 milhões em 31/12/2020).

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

A Companhia registrou reversão de *impairment* devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda, assim como devido a diferença apurada entre o valor residual das máquinas e o seu valor recuperável, cujos valores e critérios estão detalhados na nota 28. Desta forma em 31 de dezembro de 2021 o montante acumulado de *impairment* é de R\$ 5.299 na controladora e R\$ 9.529 no consolidado.



## 11. Intangível

Controladora e consolidado	Direito de uso	Softwares	Implantação ERP	Total
	5	5	5	
Vida útil estimada (anos)				
<b>Valor líquido em 31 de dezembro de 2019</b>	-	74	247	321
Adições	-	13	-	13
Amortização	-	(26)	(86)	(112)
<b>Saldo Final</b>	-	61	161	222
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>				
Custo	704	512	7.307	8.523
Amortização acumulada	(704)	(451)	(7.146)	(8.301)
<b>Valor líquido contábil</b>	-	61	161	222
Saldo Inicial	-	61	161	222
Adições	-	50	-	50
Amortização	-	(31)	(84)	(115)
<b>Saldo Final</b>	-	80	77	157
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>				
Custo	704	562	7.307	8.573
Amortização acumulada	(704)	(482)	(7.230)	(8.416)
<b>Valor líquido contábil</b>	-	80	77	157

## 12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Mercado interno	55.723	49.155	55.789	49.234
Prov.juros mercado interno	30.778	26.190	30.887	26.297
Fornec.sujeitos à rec.judicial	326.684	309.004	328.145	310.384
<b>Parcela circulante</b>	<b>413.185</b>	<b>384.349</b>	<b>414.821</b>	<b>385.915</b>
<b>Total Geral</b>	<b>413.185</b>	<b>384.349</b>	<b>414.821</b>	<b>385.915</b>

Aging list fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Vencidos	69.228	65.664	69.984	65.869
A vencer em até 3 meses	17.257	9.620	16.676	9.601
A vencer entre 3 e 6 meses	15	26	15	26
A vencer entre 6 meses e 1 ano	1	35	1	35
Fornec.sujeitos à rec.judicial	326.684	309.004	328.145	310.384
	<b>413.185</b>	<b>384.349</b>	<b>414.821</b>	<b>385.915</b>

Fornecedores por tipo de moeda	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Real	413.185	384.349	414.821	385.915
	<b>413.185</b>	<b>384.349</b>	<b>414.821</b>	<b>385.915</b>

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, fios, produtos químicos e embalagens.

### 13. Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Obrigações sociais	823.203	803.593	858.404	838.059
Obrigações trabalhistas	18.933	20.969	19.397	21.487
<b>Parcela circulante</b>	<b>842.136</b>	<b>824.562</b>	<b>877.801</b>	<b>859.546</b>

### 14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Obrigações fiscais federais	210.599	184.552	237.771	211.249
Obrigações fiscais estaduais	132.928	134.222	132.930	134.232
Obrigações fiscais municipais	31.758	25.142	31.758	25.142
<b>Parcela circulante</b>	<b>375.285</b>	<b>343.916</b>	<b>402.459</b>	<b>370.623</b>
Obrigações fiscais estaduais	4.698	810	4.698	810
<b>Parcela não circulante</b>	<b>4.698</b>	<b>810</b>	<b>4.698</b>	<b>810</b>

#### ICMS na base de cálculo PIS e COFINS

Consoante decisões proferidas no processo número 2005.61.00.009886-2 (TRF3), no qual foi certificado o trânsito em Julho de 2018, restou assegurado a TEKA a não inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Também restou assegurado o direito à compensação das diferenças recolhidas a maior, as quais devem ser compensadas nos termos da Lei nº 10.637, de 30/12/2002 (que modificou a Lei nº 9.430/96) e suas alterações, considerando-se prescritos os créditos oriundos dos recolhimentos efetuados em data anterior há dez anos, contados retroativamente do ajuizamento da ação. A ação foi proposta em 14/06/2005.

Tendo em vista a modulação dos efeitos e interpretação dada pelo STF em março de 2021 no RE 574.706, a Companhia registrou em seus resultados de novembro e dezembro os efeitos decorrentes da reversão de exclusão do ICMS das entradas nas respectivas bases de cálculo de PIS e COFINS, relativo às operações realizadas no próprio exercício, tendo em vista que adotava desde 2018 em seu cálculo a premissa de acordo com o posicionamento da RFB de exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS, ou seja, tanto do crédito nas entradas quanto do débito nas saídas.

#### MP 470

Consonante a decisão proferida no REsp 1490162, foi assegurado a Companhia o aproveitamento da decisão favorável obtida no Mandado de Segurança 5001733-31.2010.4.04.7205, o qual garantiu-lhe o direito de ter examinado seu pedido de parcelamento ou pagamento à vista de débitos, feito conforme moldes delineados na Portaria Conjunta PGFN/RNB nº 9 de 30 de Outubro de 2009, nas condições previstas no Art. 3ª §2º da Medida Provisória nº 470 de 13 de Outubro de 2009.

Com isso, restou assegurada a liquidação de débitos fiscais federais com uso de Prejuízo Fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido próprios, devidamente

declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de aproximadamente R\$ 66 milhões.

De outro lado, sem prejuízo da efetiva liquidação dos débitos correspondentes já promovida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, aguarda-se, para fins de reconhecimento contábil dos efeitos desta ação, o desfecho da discussão travada nos autos do processo nº 0001738-18.2015.4.01.3400 (nota explicativa 8), no qual foram periciados os créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido como um todo, de modo que os ajustes de baixa de valores não conflite com a ordem judicial a ser proferida.

## 15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Capital de giro	176.043	152.578	176.043	152.578
BRDE	11.587	10.209	11.587	10.209
Debêntures	211	180	211	180
Sujeitos à recup.judicial	369.344	349.070	369.344	349.070
<b>Parcela Circulante</b>	<b>557.185</b>	<b>512.037</b>	<b>557.185</b>	<b>512.037</b>
Debêntures	2.125	2.036	2.125	2.036
<b>Parcela não circulante</b>	<b>2.125</b>	<b>2.036</b>	<b>2.125</b>	<b>2.036</b>
	<b>559.310</b>	<b>514.073</b>	<b>559.310</b>	<b>514.073</b>

### Taxas

Capital de giro	1,00% a 5,00% a.m. / 1,00% a 2,30% a.m.+IGPM / TR+0,50% a.m
BRDE	TJLP + 7,00% a.a.
Debêntures	TJLP + 1,50% a.a.
Sujeitos à recup.judicial	TJLP + 1,50% a.a.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Por data de vencimento</b>				
Vencidos	134.806	117.263	134.806	117.263
Em até 6 meses	41.818	34.926	41.818	34.926
De 6 meses a 1 ano	11.217	10.778	11.217	10.778
Acima de 5 anos	2.125	2.036	2.125	2.036
Sujeitos à recup.judicial	369.344	349.070	369.344	349.070
	<b>559.310</b>	<b>514.073</b>	<b>559.310</b>	<b>514.073</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Por tipo de moeda</b>				
Reais	557.205	512.262	557.205	512.262
US\$	2.105	1.811	2.105	1.811
	<b>559.310</b>	<b>514.073</b>	<b>559.310</b>	<b>514.073</b>

Após criteriosa análise processual por parte do departamento jurídico da Companhia, culminando na emissão do parecer jurídico nº 001/2022, concluiu-se pela inexistência de débito financeiro, no montante atualizado até 31/12/2020 de R\$ 13.043, e 30/09/2021 de R\$ 22.239.

Assim, nos termos do item 5 do CPC 23, combinado com o item 8 do sumário do referido pronunciamento, o referido débito foi baixado e os respectivos efeitos reconhecidos em 12/2021, no montante total de R\$ 25.060.

#### Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 179 milhões (R\$ 175 milhões em 31/12/2020).

#### Debêntures

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 1.328 (atualizado R\$ 2.125) até 31/12/2021 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

## **16. Imposto de renda e contribuição social**

### a) Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

<b>Passivo</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>
IRPJ sobre diferenças temporárias	22.988	24.265	36.592	38.711
CSLL sobre diferenças temporárias	8.275	8.614	13.173	13.814
<b>Parcela não circulante</b>	<b>31.263</b>	<b>32.879</b>	<b>49.765</b>	<b>52.525</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

### b) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrado no resultado dos períodos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Conciliação IRPJ/CSLL do resultado</b>				
Resultado antes dos impostos	(81.734)	(118.758)	(82.878)	(121.011)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
<b>Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabilizados)</b>	<b>27.790</b>	<b>40.378</b>	<b>28.179</b>	<b>41.144</b>
<b>Conciliação de Impostos Diferidos</b>				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva reavaliação	1.279	1.887	1.932	3.140
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo atribuído	337	1.088	445	1.320
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão vida útil	-	-	383	1.166
<b>IRPJ/CSLL do resultado do período</b>	<b>1.616</b>	<b>2.975</b>	<b>2.760</b>	<b>5.626</b>

## 17. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. Porém no processo de reestruturação que a Companhia enfrenta desde a recuperação judicial, há reflexos como um alto *turnover* de consultores jurídicos e impacta diretamente no controle detalhado dos processos contingentes. Desde 2018 a Companhia envida esforços a fim de ter no detalhe o acompanhamento de cada processo, mas este trabalho ainda não está concluído devido ao alto volume de litígios. Portanto, abaixo divulgamos nossa melhor estimativa com as perdas prováveis e possíveis das contingências.

A posição em 31 de dezembro de 2021 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

Controladora	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>254.010</b>	<b>41.967</b>	<b>20.266</b>	<b>316.243</b>
Constituída durante o período	-	14.297	-	14.297
Atualização	4.096	4.386	26	8.508
Provisões utilizadas	(10.850)	(11.292)	-	(22.142)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>247.256</b>	<b>49.358</b>	<b>20.292</b>	<b>316.906</b>
	Previdenciárias			
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Parcela de curto prazo	-	26.705	-	<b>26.705</b>
Parcela de longo prazo	247.256	22.653	20.292	<b>290.201</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>247.256</b>	<b>49.358</b>	<b>20.292</b>	<b>316.906</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>254.021</b>	<b>42.488</b>	<b>20.266</b>	<b>316.775</b>
Constituída durante o período	-	14.450	-	14.450
Atualização	4.096	4.386	26	8.508
Provisões utilizadas	(10.861)	(11.388)	-	(22.249)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>247.256</b>	<b>49.936</b>	<b>20.292</b>	<b>317.484</b>

	<b>Previdenciárias</b>			
	<b>Fiscais</b>	<b>e trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
Parcela de curto prazo	-	27.283	-	<b>27.283</b>
Parcela de longo prazo	247.256	22.653	20.292	<b>290.201</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>247.256</b>	<b>49.936</b>	<b>20.292</b>	<b>317.484</b>

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período, cíveis pela variação do IGP-M, e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

Resumo dos principais objetos vinculados aos passivos contingentes

FISCAIS

ICMS

Ações relacionadas a autuações fiscais, cujo objeto de discussão é a utilização de créditos diversos, basicamente decorrentes de uso e consumo, bonificações, produtos por encomendas e sobre encargos financeiros.

COFINS

Relativas a ações que discutem a incidência sobre as receitas e ingressos diversos de faturamento (produto das vendas de mercadorias e/ou serviços).

Demais ações estão relacionadas a diversas autuações sobre tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes, dentre eles, de glosas efetuadas na apuração dos tributos e divergências quanto as obrigações acessórias.

PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

INSS

Estas ações estão pautadas na perda provável de discussão sobre verbas de caráter indenizatório que não deveriam incidir na base de cálculo do salário de contribuição.

TRABALHISTAS

Referem-se a pedidos diversos em ações decorrentes de contrato de trabalho, dentre estas diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, danos moral e material.

## CIVEIS

As principais contingências cíveis referem-se a ações de execução movidas por entidades bancárias e tem por base cédulas de crédito, acordos e confissões de dívida firmados entre as partes. A maioria destas ações encontra-se em grau de recurso, não havendo decisão final. Há outras em valores menos significativos que se referem a indenização por danos morais e materiais, ações de cobrança, entre outras.

Juizados Especiais Cíveis – questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

Demais ações – referem-se a diversas ações em curso abrangendo principalmente reclamações de clientes, indenização por danos morais, rescisões de contratos, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

### Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes que estão em discussão, R\$ 68.166 em causas cíveis, R\$ 782.715 em causas tributárias, R\$ 1.123 em causas trabalhistas.

Além dos registros contábeis já registrados no Passivo da Companhia de parte substancial quanto ao principal dos temas em discussão, as causas estão sendo amplamente defendidas por nossos assessores jurídicos e, considerando a perspectiva possível de êxito, não há constituição de provisão.

### Depósitos judiciais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>
Depósitos judiciais	35.810	33.877	36.598	34.664
<b>Parcela não circulante</b>	<b>35.810</b>	<b>33.877</b>	<b>36.598</b>	<b>34.664</b>

### Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2021, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

Créditos de INSS/FGTS	69.326
	<u>69.326</u>

## 18. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado		Encargos
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	
Cell Participação e Adm.Ltda	8.772	7.552	15.061	13.566	103 % CDI
Partes relac.sujeitas à recup.judicial	17.340	16.388	17.340	16.388	TJLP + 1,5%/a.a.
<b>Passivo circulante</b>	<b>26.112</b>	<b>23.940</b>	<b>32.401</b>	<b>29.954</b>	
FB Ind.e Comércio Textil Ltda	46.413	45.850	-	-	-
Teka Têxtil S.A.	4.330	4.183	-	-	-
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	266	266	-	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>51.009</b>	<b>50.299</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

### Remuneração da Administração

Conforme estabelecido, para 2021 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Remuneração do conselho de administração	180	151	180	151
Remuneração da diretoria	747	583	747	583
	<b>927</b>	<b>734</b>	<b>927</b>	<b>734</b>

Neste grupo estão conselheiros de Administração e os Diretores.

## 19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

### Capital social

O Capital Social é formado de 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

### Reservas de lucros

#### Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução



das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Até 31 de dezembro a Companhia não constituiu reserva legal.

### Outros resultados abrangentes

#### Reservas de reavaliação e Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. Os efeitos da Reserva de Reavaliação e do Ajuste de Avaliação Patrimonial são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo.

## 20. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Numerador</b>				
<b>Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia</b>				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(53.381)	(77.143)	(53.381)	(77.143)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(26.737)	(38.640)	(26.737)	(38.640)
	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>	<b>(80.118)</b>	<b>(115.783)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	335	335	335	335
Quantidade de ações ordinárias emitidas	168	168	168	168
<b>Total</b>	<b>503</b>	<b>503</b>	<b>503</b>	<b>503</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em Reais)</b>				
Ação preferencial	(159,23125)	(230,11398)	(159,23125)	(230,11398)
Ação ordinária	(159,23125)	(230,11398)	(159,23125)	(230,11398)

## 21. Receitas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Vendas mercado interno	267.646	156.149	268.210	156.398
Vendas mercado externo	20.916	11.433	20.916	11.433
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>288.562</b>	<b>167.582</b>	<b>289.126</b>	<b>167.831</b>
(-) Impostos sobre venda	(60.922)	(35.604)	(61.063)	(35.732)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>227.640</b>	<b>131.978</b>	<b>228.063</b>	<b>132.099</b>

## 22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>
Depreciação e amortização	2.757	2.735	4.304	4.355
Despesas com folha de pagamento	58.447	44.852	58.900	45.193
Matéria-Prima e materiais gerais	139.661	75.206	139.775	75.293
Fretes, comissões e demais despesas variáveis	18.409	12.088	18.409	12.088
Resultado de Equivalência Patrimonial	313	(1.873)	-	-
Financeiras Líquidas	106.293	117.376	108.242	118.969
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(18.122)	(2.623)	(21.449)	(8.016)
	<b>307.758</b>	<b>247.761</b>	<b>308.181</b>	<b>247.882</b>

### Classificadas como

Custos dos produtos vendidos	182.660	107.742	184.020	109.203
Despesas com vendas	25.033	17.702	25.745	18.268
Despesas gerais e administrativas	11.581	9.437	11.623	9.458
Despesas/receitas financeiras	106.293	117.376	108.242	118.969
Equivalência Patrimonial	313	(1.873)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(18.122)	(2.623)	(21.449)	(8.016)
	<b>307.758</b>	<b>247.761</b>	<b>308.181</b>	<b>247.882</b>

## 23. Resultado financeiro

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>	<b>31/12/21</b>	<b>31/12/20</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros	(118.701)	(125.195)	(120.443)	(126.662)
Varição cambial	(849)	(2.256)	(876)	(2.256)
Outras despesas financeiras	(1.756)	(1.400)	(1.956)	(1.499)
	<b>(121.306)</b>	<b>(128.851)</b>	<b>(123.275)</b>	<b>(130.417)</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Juros sobre duplicatas	228	214	228	214
Varição cambial	270	711	270	711
Outras receitas financeiras	14.515	10.550	14.535	10.523
	<b>15.013</b>	<b>11.475</b>	<b>15.033</b>	<b>11.448</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(106.293)</b>	<b>(117.376)</b>	<b>(108.242)</b>	<b>(118.969)</b>

Conforme detalhado na nota 15 (Empréstimos, financiamentos e debêntures), ocorreram durante o ano ajustes no resultado decorrentes da baixa de débitos financeiros, cujos efeitos justificam a redução dos encargos financeiros no ano, comparativamente ao exercício anterior.

## 24. Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>Receitas operacionais</b>				
Aproveitamento créditos de prejuízos fiscais	16.007	20.938	16.007	20.938
Outras receitas	1.278	2.424	2.394	5.392
	<b>17.285</b>	<b>23.362</b>	<b>18.401</b>	<b>26.330</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Ajuste a valor recuperável do imobilizado	15.064	(2.155)	18.586	3.742
Ajuste a valor recuperável dos estoques	(1.485)	(185)	(1.485)	(185)
Ajuste ociosidade	(1.891)	(7.696)	(1.891)	(7.696)
Outras despesas	(12.467)	(13.678)	(14.922)	(19.403)
	<b>(779)</b>	<b>(23.714)</b>	<b>288</b>	<b>(23.542)</b>

## 25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

### Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

Diante do cenário de incertezas econômicas que a pandemia global causada pela COVID-19 desencadeou, a Companhia segue acompanhando possíveis impactos na liquidez de suas operações, com o objetivo de identificar e mensurar eventual

necessidade de complemento na provisão de perdas com recebíveis apurada nos próximos meses.

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n.ºs 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial**

	<b>31/12/21</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
	<b>Variação</b>	<b>-25%</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
<b>Ativos</b>				
Cientes no Mercado Externo	3.577	2.683	4.471	5.366
	<b>3.577</b>	<b>2.683</b>	<b>4.471</b>	<b>5.366</b>
<b>Passivos</b>				
Dívida Bancária	2.105	1.579	2.631	3.158
	<b>2.105</b>	<b>1.579</b>	<b>2.631</b>	<b>3.158</b>
<b>Exposição Líquida - R\$ Mil</b>	<b>(1.472)</b>	<b>(1.104)</b>	<b>(1.840)</b>	<b>(2.208)</b>
<b>Exposição Líquida - US\$ Mil</b>	<b>(264)</b>	<b>(264)</b>	<b>(264)</b>	<b>(264)</b>
<b>Taxa Dólar</b>	<b>5,58</b>	<b>4,18</b>	<b>6,97</b>	<b>8,37</b>

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

**Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros**

Descrição	31/12/21	Cenário I	Risco
<b>Passivos - Controladora</b>			
Dívida Bancária por Taxa:			
IGPM	102.624	1.026	Alta IGPM
TR	1.394	13	Alta TR
TJLP	383.266	3.833	Alta TJLP
Outros	72.026	720	
	<u>559.310</u>	<u>5.592</u>	

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31/12/2021 e 31/12/2020, são apresentados a seguir:

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 conforme balanço patrimonial	Controladora				
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado		Empréstimos e Recebíveis		Total	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes			268	268	Fornecedores		413.185	413.185	
Contas a receber			43.267	43.267	Empréstimos e Financiamentos		559.310	559.310	
<b>Total</b>			<b>43.535</b>	<b>43.535</b>	<b>Total</b>		<b>972.495</b>	<b>972.495</b>	

  

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 conforme balanço patrimonial	Controladora				
	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado		Empréstimos e Recebíveis		Total	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes			125	125	Fornecedores		384.349	384.349	
Contas a receber			40.311	40.311	Empréstimos e Financiamentos		514.073	514.073	
<b>Total</b>			<b>40.436</b>	<b>40.436</b>	<b>Total</b>		<b>898.422</b>	<b>898.422</b>	

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade da *commodity* algodão. Suas atividades operacionais requerem aquisição e produção em continuidade de produtos têxteis e, portanto, requerem fornecimento contínuo de algodão.

**26. Informações por segmento**

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 –

Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>Tecelagem</b>	<b>Fiação</b>	<b>Corporativo</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>227.640</b>	<b>5.681</b>	<b>4.171</b>	<b>237.492</b>
Receita entre segmentos	(3.748)	(5.681)	-	(9.429)
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>223.892</b>	<b>-</b>	<b>4.171</b>	<b>228.063</b>
Depreciação e amortização	(2.757)	(186)	(1.361)	(4.304)
Receitas financeiras	15.013	-	20	15.033
Despesas financeiras	(121.333)	(1.716)	(226)	(123.275)
Provisão IRPJ e CSLL	1.616	35	1.109	2.760
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(78.735)</b>	<b>(1.035)</b>	<b>(348)</b>	<b>(80.118)</b>
<b>Ativo total</b>	<b>1.004.797</b>	<b>5.334</b>	<b>51.183</b>	<b>1.061.314</b>
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	2.666	-	1	2.667
<b>Passivo total</b>	<b>1.004.797</b>	<b>5.334</b>	<b>51.183</b>	<b>1.061.314</b>

<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>Tecelagem</b>	<b>Fiação</b>	<b>Corporativo</b>	<b>Total</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>131.978</b>	<b>4.201</b>	<b>3.062</b>	<b>139.241</b>
Receita entre segmentos	(2.941)	(4.201)	-	(7.142)
<b>Receita de clientes externos</b>	<b>129.037</b>	<b>-</b>	<b>3.062</b>	<b>132.099</b>
Depreciação e amortização	(2.735)	(227)	(1.393)	(4.355)
Receitas financeiras	11.437	-	11	11.448
Despesas financeiras	(128.851)	(1.376)	(190)	(130.417)
Provisão IRPJ e CSLL	2.975	107	2.146	5.228
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>(116.332)</b>	<b>(1.031)</b>	<b>1.580</b>	<b>(115.783)</b>
<b>Ativo total</b>	<b>944.318</b>	<b>5.431</b>	<b>52.782</b>	<b>1.002.531</b>
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	1.628	-	1	1.629
<b>Passivo total</b>	<b>944.318</b>	<b>5.431</b>	<b>52.782</b>	<b>1.002.531</b>

## 27. Política de seguros

Após o pedido de recuperação judicial a Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. Inicialmente o valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, atualmente ocorre a dificuldade de aceitação por parte das companhias seguradoras, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

## 28. Recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes sofreram perdas por "*impairment*".

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por "*impairment*":

	Controladora			Consolidado		
	Contas a receber	Estoques	Imobilizado	Contas a receber	Estoques	Imobilizado
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(15.920)</b>	<b>(1.630)</b>	<b>(20.363)</b>	<b>(15.993)</b>	<b>(1.630)</b>	<b>(28.115)</b>
Constituições (resultado)	(1.531)	(2.281)	(348)	(1.610)	(2.281)	(430)
Reversões (resultado)	4.756	796	15.412	4.782	796	19.016
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(12.695)</b>	<b>(3.115)</b>	<b>(5.299)</b>	<b>(12.821)</b>	<b>(3.115)</b>	<b>(9.529)</b>

A Companhia ajustou o *impairment* do ativo imobilizado, baseado em laudos elaborados, divididos da seguinte forma:

- Fluxos de caixa futuros derivados de uso contínuo dos ativos relacionados
- Máquinas - valor de venda

A posição de 31 de dezembro de 2021 reflete reversão de *impairment* no valor de R\$ 8.390 devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda, e de R\$ 10.196 devido a diferença apurada entre o valor residual das máquinas e o seu valor recuperável.

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, analisando a situação financeira de cada devedor e histórico de perdas da Companhia.

\* \* \* \* \*

# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Emitido com Abstenção de Opinião

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

TEKA - TECELAGEM KUEHNRIK S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")  
Blumenau – SC

## Abstenção de opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da TEKA – Tecelagem Kuehnrk S/A – em Recuperação Judicial (“Companhia”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia, pois, em decorrência da relevância dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.



## Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC – Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.

2. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 80.118 mil (R\$ 115.783 mil em 31 de dezembro de 2020) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 1.880.927 mil (R\$ 1.805.423 mil em 31 de dezembro de 2020). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.319.041 mil e R\$ 2.382.142 mil (R\$ 2.213.170 mil e R\$ 2.275.146 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.757.788 mil e R\$ 1.757.706 mil (R\$ 1.678.232 mil e R\$ 1.678.155 mil em 31 de dezembro de 2020). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de

incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Tais assuntos, suscitam dúvida sobre a sua continuidade.

3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não divulgam, integralmente, estes fatos.

4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 724.258 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 694.134 mil em 31 de dezembro de 2020) no ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da RFB e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 15, a Companhia mantém operações de empréstimos e financiamentos nos montantes de R\$ 559.310 mil controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 514.073 mil em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$ 369.344 mil (R\$ 349.070 mil em 31 de dezembro de 2020) foram incluídos no Plano de Recuperação Judicial. Devido ao processo de recuperação judicial em que a Companhia se encontra e aos processos judiciais de revisão dos contratos financeiros, existem diversas situações a serem consideradas quanto ao passivo financeiro da Companhia, a saber: i) a maior parte das instituições financeiras não respondem aos procedimentos de auditoria externa de confirmação de saldo através das circularizações, ii) as operações com Debêntures no montante de R\$ 211 mil, controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 180 mil em 31 de dezembro de 2020) encontram-se com seus pagamentos em atraso. Devido à situação comentada em especial pela ausência de confirmação externa das instituições financeiras não obtivemos evidência de

auditoria suficiente e apropriada para concluir quanto à adequada apresentação e mensuração dos referidos montantes nestas demonstrações financeiras caso venha a ocorrer o insucesso da Companhia nos pleitos judiciais ou na recuperação judicial em curso.

6. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 316.906 mil controladora e R\$ 317.484 mil consolidado (R\$ 316.243 mil controladora e R\$ 316.775 mil consolidado em 31 de dezembro de 2020) e depósitos judiciais de R\$ 35.810 mil controladora e R\$ 36.598 mil consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 33.877 mil e R\$ 34.664 mil em 31 de dezembro de 2020), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fraquezas relevantes nos controles internos relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente. Tais deficiências incluem a ausência de controles adequados na identificação de novos passivos contingentes, manutenção e atualização dos riscos de perda e os riscos econômicos envolvidos nas causas em andamento, falta de conciliação e acompanhamento de todos os processos junto aos assessores externos que garantam a integridade e correta apresentação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras, análise tempestiva das alterações processuais e dos impactos do processo de reconhecimento das contingências que assegurem a fidedignidade das provisões.

Apesar dos passos empreendidos no decorrer do exercício no sentido de sanar as fraquezas nos controles internos supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, dado o expressivo volume de demandas e considerando as incertezas significativas e a relevância dos assuntos comentados, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de dezembro de 2021.

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção “Bases para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do Auditor Independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada “Bases para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

# Ênfase

## Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de dezembro de 2021, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Blumenau – SC, 22 de março de 2022.



---

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0



## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

TEKA-Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 - Itoupava Norte - Blumenau - Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Blumenau/SC, 24 de março de 2022.

Fabiane Paula Esvicero  
Diretora Presidente / Gestora Judicial

Mario Parasky  
Diretor Industrial

Marcio Hoffmann  
Diretor Comercial



## Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

TEKA-Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 - Itoupava Norte - Blumenau - Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam em parte com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as informações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

Blumenau/SC, 24 de março de 2022.

Fabiane Paula Esvicero  
Diretora Presidente / Gestora Judicial

Mario Parasky  
Diretor Industrial

Marcio Hoffmann  
Diretor Comercial